

SIMPÓSIO AT194

ARABISMOS DO IMPÉRIO PORTUGUÊS DO ORIENTE

MARANHÃO, Samantha de Moura
Universidade Federal do Piauí
samantha.ufpi@gmail.com

Resumo: Este estudo analisa empréstimos de origem árabe integrados ao sistema lexical da língua portuguesa quando do estabelecimento do Império Lusitano na Ásia, do século XVI até meados do século XVII. Tem por objetivo caracterizar as lexis então adquiridas. As hipóteses testadas são as de que: a) morfologicamente, trata-se sobretudo de formas básicas, como soe acontecer no momento da integração de vocábulos em qualquer língua/contexto; b) designam referentes próprios da cultura, do comércio e da estrutura político-militar, social e religiosa asiáticas e c) integram campos semânticos variados, em decorrência da abrangência das diferenças verificadas entre as culturas europeia e asiática. Fundamentos teóricos foram buscados na literatura em Filologia Árabo-Românica (MARANHÃO, 2011; CORRIENTE, 2003; VIGUERA-MOLINS, 2002) e em História (BÉRINSTAIN, 2002; SARAIVA, 1996; OLIVEIRA MARQUES, 1996). Os arabismos das “Índias” foram colhidos manualmente no *Diccionario de Arabismos y Voces Afines en Iberorromance* (CORRIENTE, 2003) e são aqui apresentados por campo semântico. Sobre os resultados, antecipe-se apenas que se confirmaram todas as hipóteses.

Palavras-chave: Arabismos portugueses; Império Português do Oriente; Lexicologia.

Abstract: This study analyses Portuguese loanwords from Arabic when the Portuguese built an Empire in Asia, from the 16th century to the middle of the 17th century. It aims to describe the words then borrowed. The hypothesis tested here are: a) morphologically, the Arabic loanwords are basic forms, as usual the moment loanwords are introduced in the lexical system of any language in any contact situation; b) they name specific things related to the Asian culture, commerce and religious, social, political and military structures and c) these loanwords belong to different semantic fields, because of the diversity of areas in which both European and Asian cultures differ. Theoretical basis for this study were found in specialized literature on both Arabo-Romance Philology (MARANHÃO, 2011; CORRIENTE, 2003; VIGUERA-MOLINS, 2002) and in History (BÉRINSTAIN, 2002; SARAIVA, 1996; OLIVEIRA MARQUES, 1996). Arabic loanwords from Portugal's Empire in Asia were manually collected in the *Diccionario de Arabismos y Voces Afines en Iberorromance* (CORRIENTE, 2003) and are here presented in the semantic fields they belong to. As for the results, we may anticipate that all hypotheses were confirmed.

Keywords: Arabic loanwords in Portuguese; Portuguese Empire in the East; Lexicology.

Introdução

A literatura sobre arabismos portugueses em geral discorre sobre os numerosos empréstimos resultantes da duradoura presença muçulmana na Península Ibérica (711-1492) e sobre os variados campos semânticos em que se verificam, dada a posição de prestígio dos conquistadores, seja no que concerne à supremacia político-militar, seja pelo adiantado estágio técnico-científico e cultural face à população autóctone hispano-goda. Eventualmente, esta literatura menciona a importação de vocábulos árabes em virtude das grandes navegações, levadas a cabo a partir do século XV, e, com ainda menor frequência, em decorrência das campanhas norte-africanas.

Desta forma, o objeto deste estudo são os arabismos que integraram o sistema lexical português no contexto da expansão ultramarina portuguesa e do comércio internacional, mormente no Sudeste Asiático, área então fortemente marcada pela presença árabe-muçulmana.

Os arabismos em questão foram colhidos manualmente no *Diccionario de Arabismos y Voces Afines en Iberorromance* (CORREINTE, 2003). Em virtude da extensão deste trabalho, são apresentados de forma sucinta, por amostragem, nos campos semânticos a que pertencem. Seguem-se breves análises acerca da sua estrutura mórfica e da quantidade e natureza dos campos semânticos pelos quais se distribuem.

As hipóteses testadas são as de que: a) apresentam estrutura mórfica básica, usual na primeira fase de integração de empréstimos, quaisquer que sejam o contexto de contato e as línguas envolvidas; b) devem-se à necessidade designativa, relacionando-se a referentes da cultura material ou imaterial próprios da Ásia; e c) integram campos semânticos variados, em virtude da abrangência das diferenças entre as culturas europeia e asiática.

Os fundamentos teóricos são da literatura em Filologia Árabo-Românica (MARANHÃO, 2011; CORRIENTE, 2003; VIGUERA-MOLINS, 2002) e em História (BÉRINSTAIN, 2002; SARAIVA, 1996; OLIVEIRA MARQUES, 1996).

Portugueses a Oriente: comércio internacional e aquisição de arabismos

Ao problematizar o estabelecimento dos limites finais do português arcaico, Mattos e Silva (2006, p. 22-23, 26) aponta a falta de estudos sistemáticos, baseados na documentação remanescente, que permitissem uma solução por meio de critérios estritamente linguísticos. Recorre-se tradicionalmente a fatos da história externa da língua para identificar o momento em que o português do medievo irrefutavelmente se modificou, tomando-se o século XVI como aquele em que os traços arcaicos se perdem, em virtude, dentre outros tantos fatores, dos grandes descobrimentos e, conseqüentemente, do contato com sistemas linguísticos distintos, muitos dos quais de famílias diversas, na África e na Ásia.

Com efeito, a literatura sobre arabismos portugueses aponta a presença lusitana nas “Índias” como uma fase de aquisição de arabismos não verificados, no domínio ibérico, por exemplo, na língua espanhola. A um passado histórico comum, com Alandalus recobrando territórios ibéricos hoje pertencentes a estados políticos distintos, corresponde à presença, no português e no espanhol, de arabismos medievais cognatos, recobrando a mesma multiplicidade de campos semânticos: vestuário, habitação, utensílios, alimentos, ciências, técnicas, administração pública, religião. Sucede-se, entretanto, uma fase em que a língua portuguesa terá mais arabismos do que a língua espanhola, recobrando novos campos semânticos, concernentes aos referentes locais com que administradores da Coroa portuguesa, soldados, colonos, comerciantes e aventureiros em geral travam contato em suas viagens ao Oriente (VIGUERA-MOLINS, 2002, p. 50; MARANHÃO, 2011, p. 108-109).

De acordo com Saraiva (1996, p. 155), por “Índias”, neste período, entendem-se todos os territórios compreendidos entre o Cabo da Boa Esperança, no sul do continente africano, ao Japão e aos arquipélagos do Pacífico, na Ásia, onde, do século XVI até meados do século XVII,

estabelecem-se núcleos de portugueses e seus entrepostos comerciais. Trata-se, como efeito, de territórios hoje sitos na República Indiana (Calicut, Goa, Cambay, Diu), no Sri Lanka (Colombo), em Bangladesh, na Malásia (Malaca), na China (Macau) e no Japão (Nagasaki), dentre outros (BÉRINSTAIN, 2002, p. 02; SARAIVA, 1996, p. , 156-160).

O domínio otomano do Mediterrâneo e a intenção de superar Veneza no comércio intercontinental suscitaram o desejo português de chegar às Índias contornando a África, para viabilizar o lucrativo comércio de variados produtos, africanos e asiáticos, como a pimenta vermelha ou malagueta, a pimenta de rabo, que consiste numa variedade da pimenta preta indiana, escravos da África; especiarias, açúcar, ouro, metais e pedras preciosas, pérolas, cânfora, marfim, couros, peles, almíscar, gado, goma, a exemplo da laca, produtos belos, raros ou exóticos, tecidos preciosos, como a seda, mobiliário feito de madeiras caras, porcelanas, olaria, obras de arte da Ásia (OLIVEIRA MARQUES, 1996, p. 236-237; BÉRINSTAIN, 2002, p. 01, 02).

Anos após a passagem pelo Cabo da Boa Esperança, realizada em 1488 por Bartolomeu Dias, Lisboa encarrega Vasco da Gama de, em viagem com duração de dois anos (1497-1499), realizar a primeira expedição portuguesa à Índia; seguida pela de Pedro Álvares Cabral, o qual, finda a “escala” no Brasil, prossegue para o Oriente, retornando a Lisboa no ano seguinte (1500-1501). Dai em diante, inúmeras outras expedições tiveram lugar (OLIVEIRA MARQUES, 1996, p. 206-209).

É em fundo histórico de conquista, de dominação, de imposição da presença portuguesa na Ásia, de comércio internacional, de interação de grupos sociais, étnicos, religiosos e linguísticos distintos, que a língua portuguesa, a partir dos 1500s, adquire arabismos distintos dos ibéricos medievais, agora colhidos em outras plagas e designativos de realidades extraeuropeias.

O contato de culturas é a condição essencial para que se verifique o contato de línguas, constituindo a dominação político-militar uma das suas principais causas. No contato linguístico-cultural, pela sua relação direta com a

realidade extralinguística, torna-se o léxico o plano da língua mais suscetível à interferência (MARANHÃO, 2011, p. 55). A interação de lusófonos com a língua árabe no Oriente, objeto deste breve estudo, necessariamente levou à importação de empréstimos lexicais.

Importaram-se palavras árabes ou de outras línguas orientais, intermediadas pelo árabe, concernentes ao comércio, à administração local, a unidades de peso e de medida, a objetos e materiais comercializados. A necessidade designativa foi o motivo linguístico da importação lexical, dados o desconhecimento prévio dos referentes que designam e, evidentemente, a inexistência de uma palavra latina, ibérica, visigótica ou andalusina que os nomeasse.

Metodologia

Para a coleta dos arabismos portugueses das “Índias”, procedeu-se à busca atenta por todos os verbetes da segunda edição, ampliada, da obra *Diccionario de Arabismos y Voces Afines en Iberorromance* (CORREINTE, 2003), cuja primeira edição é de 1999. Reproduziram-se, aqui, 45 lexias portuguesas de origem árabe, não contabilizadas as suas variantes fonéticas, com indicação da aquisição devido a empresas no Índico. Em decorrência do limite físico deste trabalho, entretanto, os empréstimos são aqui organizados em campos semânticos e não em glossário, com informações gramaticais e acepção.

Arabismos do Império Português na Ásia: As “empresas no Índico”

O levantamento dos dados resultou na amostra constituída pelos 45 vocábulos a seguir:

1. RELIGIÃO: *macometa, meterane, moçafo, mocamo, nabi, názir, namaz, rume*; 2. MOEDAS E SELOS: *mahamudí, sade ~ sadi ~ sandil ~ sandim*; 3. DIREITO COMERCIAL E IMPOSTOS: *barata, curujo, manxorim, mocarraria, radar*; 4. UNIDADE DE PESO E DE MEDIDA: *almená ~ almena*; 5. VESTUÁRIO: *assidar, fota, maxilar, seixa*; 6. HABITAÇÃO, MURALHA, CONSTRUÇÃO CIVIL: *manzel ~ manjal, xarbando ~ xarabando*; 7. VENTO: *monção*; 8. EMBARCAÇÃO: *garopo*; 9. TECIDOS: *girbafo, mexelim*; 10. ARMAS: *gomedar*; 11. FLORA: *benefe ~ munefe; bangué*; 12. DISTRITO: *sanjaco ~ sanjaque*; 13. PROFISSÃO, FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS, HIERARQUIA MILITAR: *alnaíbe, caçapo, malemo, miraba ~ mirabar, paidar, quiladar, salescarim*; 14. TÍTULO: *saíbo*; 15. RESTO, SOBRA: *faido*; 16. FESTA, CELEBRAÇÃO: *naurós ~ nauros*; 17. PRESENTE: *odiá*; 18. UTENSÍLIO: *seibão*; 19. HERANÇA: *mirás*; 20. QUÍMICA: *surmah*; 21. EMPALAÇÃO: *encazucar*.

Observam-se 21 campos semânticos para os 45 arabismos portugueses das empresas no Índico, nesta amostragem. A título de referência, em *Ataliba, o vaqueiro* (CASTELO BRANCO, 2016 [1888]), encontram-se 14 campos semânticos representados por 56 itens lexicais, ao passo que, em *Lendas do Piauí* (HOLANDA, 2017), totalizam 16 campos distintos, nos quais se distribuem 31 arabismos [MARANHÃO, 2019, p. 10, 16]. Já para os empréstimos ibéricos com marcação diassistêmica de “brasileirismo” colhidos no *Léxico Português de Origem Árabe* (VARGENS, 2007), verificam-se 28 campos pelos quais se distribuem 300 lexias (SOUSA, MARANHÃO, 2016, p. 79-80).

Com exceção de *encazucar*, com derivação românica de vocábulo turco que teve o neopersa e o neoárabe como línguas-ponte (CORRIENTE, 2003, p. 306), todos os demais vocábulos são substantivos. Do ponto de vista da estrutura mórfica, são, ainda, formas básicas, sem registro de derivados na

obra em que foram colhidas, sugerindo esta “improdutividade” restrição temática, contextual e temporal de uso.

Quanto à aglutinação do artigo, característica dos arabismos ibéricos, os empréstimos asiáticos raramente a apresentam, pois se trata de um processo fonológico do árabe andalusino (MARANHÃO, 2011, p. 114-115). *Alnaíbe*, ‘capitão de ginetes’, é variante de *naiba* ~ *naibe*, também adquiridas na Índia, e de *nanabo*, esta última intermediada pelo francês. *Alnaíbe*, entretanto, apresenta deslocamento do acento e hipercorreção no que concerne à aglutinação do artigo (CORRIENTE, 2003, p. 400).

Já *assidar* apresenta assimilação do mesmo determinante ao fonema “solar” pelo qual se inicia o substantivo (ár. *al* > *as* diante de *ṣidār* ‘camisa ‘curta’), no processo de aglutinação do artigo, sugerindo eventual evocação da memória linguística construída ao longo de séculos na Ibéria Medieval pelo lusófono dos 1500s.

Considerações finais

Os arabismos portugueses adquiridos quando as grandes navegações possibilitaram a investida lusitana na Ásia refletem os conflitos armados, as práticas comerciais, os governantes e seus representantes, os religiosos envolvidos na interação entre europeus e asiáticos. Opõem-se, então, os arabismos das fases arcaica e clássica da língua. Considerando-se ainda que os empréstimos germânicos não passam de 50 vocábulos, tem-se dimensão da expressividade do aporte asiático. A análise dos dados conformou a validade das 03 hipóteses testadas, sobre o predomínio de formas básicas, designativas de referentes de culturas orientais e organizadas em tantos campos semânticos quantas foram as peculiaridades das referidas culturas face à portuguesa.

Referências

BÉRINSTAIN, Valérie. Les Portugais em Inde e à Goa. **CLIO**, voyages culturels, avril 2002. Disponível em: <
https://www.clio.fr/BIBLIOTHEQUE/les_portugais_en_inde_et_a_goa.asp >.

Acesso em 03 mai. 2019.

CORRIENTE, Federico. **Diccionario de arabismos y voces afines en iberorromance**. 2. ed. ampl. Madrid: Gredos, 2003.

OLIVEIRA MARQUES, António Henrique de. Construção do império. In: OLIVEIRA MARQUES, António Henrique de. **Breve história de Portugal**. 2. ed. Lisboa: Presença, 1996. p. 200-249.

MARANHÃO, Samantha de Moura. Arabismos no falar piauiense. I Mostra de Estudos em Linguística Histórica. Teresina, Universidade Federal do Piauí. 29 de maio de 2019. Disponível em: <
<https://www.dropbox.com/s/6ypy9lza6l4fqui/Arabismos%20documentados%20e%20m%20Ataliba%20o%20Vaqueiro.pdf?dl=0> >. Acesso em 30 mai. 2019.

MARANHÃO, Samantha de Moura. **O registro de arabismos nos dicionários Novo Aurélio Século XXI, Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa e DICMAXI Michaëlis: Moderno Dicionário da Língua Portuguesa**. Tese de doutorado. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2011.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. Definindo o português arcaico. In: MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. **O português arcaico: fonologia, morfologia e sintaxe**. São Paulo: Contexto, 2006. p. 21-31.

SARAIVA, José Hermano. **1498-1580**. Monopólio Oriental. In: SARAIVA, José Hermano. 18. ed. Mem Martins: Europa-América, 1996. p. 152-169.

Sousa, Francisco Barroso de; MARANHÃO, Samantha de Moura. Arabismos europeus no português brasileiro. **Cadernos de Letras da UFF Dossiê: Línguas e culturas em contato**, n. 53, p. 61-81, 2006.

VIGUERA-MOLINS, María-Jesús. Lengua árabe y lenguas románicas. **Revista de Filología Románica**, n. 19, p. 15-54, 2002.